

A construção de uma alma branca:

Questões étnico-raciais sobre e identificação social de um negro descendente de escravos no Exército brasileiro na década de 1960.

ALESSA PASSOS FRANCISCO*

1. Um preto de alma branca

Neste artigo será estudado o caso do Marechal João Baptista de Mattos (nascido em 24 de junho de 1900, tendo falecido em maio de 1969), negro, neto de escravos e com mãe ventre livre, que foi o primeiro negro a conquistar tal título no Exército. O foco do artigo é a referencia feita por um jornal que indica o Marechal João Baptista de Mattos com uma alma branca, quando de sua morte¹. A partir desta trajetória será refletido sobre questões de raça e racismo e os ideais de branqueamento da população brasileira, mais especificamente no século XX. O principal objetivo está em discutir os significados escondidos pela atribuição de uma alma branca a um negro em tom elogioso.

É importante salientar que a reportagem aqui referida foi emprestada como fonte de pesquisa pela família do Marechal João Baptista de Mattos, que a guardava como uma das recordações do Marechal. As dificuldades de identificar esta publicação em meio ao Arquivo do Exército dificultaram responder a alguns questionamentos importantes, mas por outro lado deixou pistas de sua importância para a família, pois venceu o tempo e ainda nos dias de hoje se encontra guardada. Apesar das limitações da não identificação do acervo referente ao jornal nos arquivos públicos até o momento, podemos fazer algumas especulações com as informações prestadas por este recorte.

O rodapé da reportagem indica o nome do jornal como “Letras e Armas”, o que nos leva a pensar que trata-se de um periódico voltado para o meio militar, que traz notícias que são de estrito interesse para o meio militar. Além de destinado para os militares, o jornal também é escrito por seus pares. Este artigo foi escrito pelo general Adalardo Fialho, que fazia parte da rede de relações do Marechal João Baptista de

*Bacharel e licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestranda do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense.

¹ Periódico “*Letras e Armas*”, texto com autoria de Adalardo Fialho.

Mattos. O título é o que chama a primeira atenção para o artigo: “*João Baptista de Mattos: um prêto de alma branca*”.

Cabe aqui algumas considerações sobre a imagem que divide as atenções com o texto do jornal, ocupando metade da folha. Trata-se de um vulto, um perfil de um soldado, tendo em seu interior uma rosa branca, que ocupa toda a extensão do seu corpo, que parece representar a sua alma branca. A rosa branca se sobrepõe a imagem negra e vultosa do marechal, assim, é possível concluir que o sentido e a essência desse indivíduo é entendido pelo jornal através da sua alma branca, afastando-o de sua identidade racial (Figura 1).



Figura 1. Recorte do Jornal "Letras e Armas". Acervo familiar. Maio de 1969

Trazendo notícias sobre o funeral do Marechal Mattos, o autor afirma que “*nunca nos sentimos tão brasileiros como por ocasião do enterro do Marechal João Baptista de Mattos*”. Isso se justifica nas próximas linhas que apontam a presença de pessoas de todas as cores e status sociais reunidas no cerimonial. Onde se viu “*Milagre de amor. Vimos pretos abraçando brancos e brancos beijando pretos. Vimos até brancos desmaiando*”. O que chama a atenção nessas primeiras linhas, principalmente, é o fato de que apesar de orgulhar-se como brasileiro do cenário vislumbrado nessa cerimônia fúnebre, o fato não é visto como natural. Essa mistura de pessoas de classes

sociais e de cores em comunhão no mesmo ambiente não parecia ser comum, caso contrário não estaria pontuada em uma matéria de jornal. Somando-se a isso, o autor do texto vê tal situação como “*um milagre de amor*”, que por definição milagre representa um fato sobrenatural, oposto às leis da Natureza. É possível considerar que o cenário descrito do funeral de Mattos sob a ótica do autor como uma inversão da ordem natural, já que visto como um milagre.

Caracteristicamente, ao modo brasileiro de racismo, como veremos na próxima seção, o autor do texto em questão aponta a inexistência do racismo no Brasil, comparando com outros países racistas. O autor do texto cria uma situação, se no caso de algum correspondente jornalístico de “*um desses países onde impera a discriminação racial*” assistisse a esse enterro teria uma fonte para uma farta matéria para depreciar os países “*down Rio Grande*”. No caso, ele escreveria sobre o fato de um Marechal negro ter sido levado a “*última morada ladeado por uma irmandade de pretos (N. S. do Rosário) e uma multidão, com maioria absoluta de brancos...*”. Notícia que segundo o autor do texto jornalístico poderia chocar os membros desses países, principalmente pelo fato de ter representado nesse funeral todas as classes sociais. A negação do racismo, camuflado não só na sociedade mais também nas palavras anti-racismo do Jornal Letras e Armas é exemplo claro desse sistema ambíguo que ao mesmo tempo não se reconhece como racista e discrimina quem é, e pratica o racismo das mais diferentes formas. Um racismo hipócrita, que se orgulha em ser brasileiro e anti-racista, apontando para a existência do preconceito do racismo, como Aponta Sérgio Guimarães em seu texto Racismo e anti-racismo no Brasil.

O texto indica a existência de diferentes raças no Brasil, apesar de se tratar de um país com igualdade de oportunidade para todos. Logo após listar alguns itens do currículo e da personalidade do Marechal, fazendo-o grandes elogios, o jornal afirma que os amigos que conquistou “*que viam nele jamais o preto, mas um cidadão útil a comunidade e a Pátria*”. Frase que denota todo o racismo escondido nas entrelinhas de um texto de uma sociedade “não-racista”, que contrapõe o cidadão útil ao preto. Claramente o preto nas linhas deste jornal não está se referindo apenas a cor da pele ou a raça, muito pelo contrário. Preto aqui vai muito além disso, carrega um conjunto de símbolos que trazem a ideia de pessoa inútil, subalterna, e toda uma gama de

significados forjados pelo passado escravo representado pela cor da pele, que de alguma forma, na visão do autor do texto, o Marechal Mattos se distancia dessa configuração.

João Baptista de Mattos, que ao final de sua vida foi considerado com uma “alma branca” não trouxe essa alma de berço. Nasce no Rio de Janeiro, doze anos após a abolição da escravidão, em 24 de junho de 1900². Filho de dona Umbelina da Glória, nascida na senzala, porém livre, pois foi beneficiada pela lei do Ventre Livre, promulgada em 1871. Apesar de livre, Umbelina da Glória foi criada na senzala por sua Mãe, Dona Cecília, escrava da fazenda do Visconde de Taunay³, no Rio de Janeiro como afirma a entrevistada Umbelina Sant’Anna. Dona Cecília era cozinheira da família, juntamente com sua mãe, que mais tarde é beneficiada pela Lei dos Sexagenários, e é declarada livre por possuir mais de Sessenta anos.⁴ Uma família tipicamente negra, escrava, que acompanharam os tempos finais do escravismo, com avó escrava, mãe ventre livre João Baptista de Mattos nascia em família e berço tipicamente negro de descendente de escravos.

Segundo os relatos de Umbelina Sant’Anna, filha de João Baptista de Mattos que tem em seu nome uma homenagem a avó, a solução encontrada por esta família, antes mesmo da abolição, foi avó e neta, declaradas livres pelas últimas leis abolicionistas, viverem juntas fora da senzala. Ambas passaram a custear o sustento da casa através do trabalho. Umbelina da Glória é descrita por sua neta durante a entrevista como “*uma negra de cabelo carapinha Sempre arrumada, sempre limpa...*”⁵. Em 1888, com o fim do escravismo, Dona Cecília, assim como os outros escravos, ganha o status de liberta. Porém, Dona Cecília continuou a prestação de serviços para a família do Visconde de Taunay, mas agora com um salário como recompensa por seus serviços.

Neste momento o papel do Estado seria crucial para garantir a mudança de status social, para uma absorção dos negros, ex-escravos, como cidadãos da sociedade brasileira. Porém, as leis promulgadas apenas garantiram a liberdade e nada mais, e o exercício da cidadania acabou por estar ameaçado, pois como vimos, a substituição do

²COLÉGIO PEDROII. Livro de registro de matrículas dos alunos do Externato. 1896-1914. 300p.

³ O Visconde de Taunay, nascido em 1843, foi um homem pertencente à alta sociedade brasileira, apontado por um exemplar de jornal guardado pela família do Marechal Mattos com autoria remetida a Theophilo de Andrade, como “*um dos troncos ilustres do Brasil-império*”. Taunay formou-se em letras pelo colégio Pedro II e em física e matemática pelo colégio Militar do Rio de Janeiro.

⁴Entrevista com D. Umbelina, realizada em janeiro de 2013.

⁵Entrevista com D. Umbelina, realizada em janeiro de 2013.

escravismo por uma hierarquização baseada na cor da pele prenderam os novos libertos a uma posição subalterna e sempre subordinada ao branco. Ideia corroborada por Olívia Maria Cunha e Flávio Gomes, em “*Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*”, que consideram como quase-cidadãos, pois se tornaram cidadãos em estado-contingente.⁶ Ao mesmo tempo em que lhes eram garantidas a liberdade, o pleno exercício da mesma através de políticas de reparação e de subsídios não promoveram a igualdade de condições sociais.

A infância pobre de Mattos foi vivida em meio a crianças mais abastadas, pois sua mãe trabalhava como babá para a família Carqueja. Junto com sua mãe morou em cortiços e viveu sempre nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro⁷. Nas memórias familiares, registradas através de entrevista, D. Umbelina da Glória aparece sempre como uma incentivadora e mantenedora dos estudos de Mattos, que após se formar no Ensino Primário, continua seus estudos no Colégio Pedro II, como aluno contribuinte.⁸ Ou seja, a família de João Baptista de Mattos deveria pagar uma mensalidade como forma de custear seus estudos, que representava um valor não muito razoável. Para isso, a família contava também com a renda do padrasto de Mattos, que era condutor dos trens da Central do Brasil.

Apesar do acesso de Mattos à escola, de fato esse não era um cenário comum na vida dos negros, principalmente os descendentes de escravos. É o que constata artigo do jornal *O Alfinete*, de 1901, que mostra a dificuldade de acesso à escolarização dos negros e suas consequências para a vivência em sociedade.

“O estado lamentavel em que jazem os homens de côr no Brazil, oprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social e de outro pela nefasta ignorancia em que vegetam este elemento da raça brasileira, impõe uma reacção salutar para que possam em dias futuros ter a consciencia lucida, de que para elles, os seus direitos são compuscados, a lei asphixiada e a justiça vilipendiada. (...) Esta antithese completa de tudo o que é

⁶In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Quase-cidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

⁷Entrevista com D. Umbelina, realizada em janeiro de 2013.

⁸COLÉGIO PEDROII. Livro de registro de matrículas dos alunos do Externato. 1896-1914. 300p.

organico tem como cousa principal, o analfabetismo que predomina em mais de dois terços de tão infeliz raça.”⁹

João Baptista de Mattos talvez tenha dado então o seu primeiro passo para a construção de uma alma branca. Pois por alma branca entendo aqui como uma justificativa para o fato de Mattos estar em ambientes em que não são comuns aos negros e explicar o seu sucesso. Pois a cor de pele de Mattos carregava em si uma série de significados que remetiam diretamente a escravidão e à submissão, analfabetismo e sua trajetória desde já se distanciam desse simbolismo. Schwarcz apresenta um conceito de “raça social”, que representa o uso e representação da cor de acordo com o status social do indivíduo que explica o branqueamento no Brasil. Relata que “*Enriquecer, ter educação superior, frequentar locais sociais de um estrato mais alto, destacar-se nos esportes ou na educação, tudo leva a um certo embranquecimento*”¹⁰. Frequentar o Colégio Pedro II foi, sem dúvida, o primeiro passo para esse branqueamento social, pois se tratava de um colégio pensado e criado para formar a elite pensante do país, e pessoas que ocupariam a alta esfera governamental, como afirma Beatriz Boclim em seu artigo “*O Colégio Pedro II: Origens e formação do currículo das escolas secundárias brasileiras.*”¹¹

Na trajetória de João Baptista de Mattos é possível observar um caminho não muito peculiar para os negros descendentes de escravos. Logo após sua formação no Colégio Pedro II, João Baptista de Mattos ingressou na carreira militar, compondo o quadro do Colégio Militar do Realengo¹². Logo que acaba a escola, em 1917, João Baptista de Mattos vai para o Colégio Militar do Realengo. Lá ele estuda com pessoas que, muitos anos depois, seriam muito importantes para a política no Brasil. Dentre eles estão Castelo Branco e Costa e Silva.

Após sua saída do Colégio Militar, João Baptista de Mattos constrói uma carreira militar ascendente e notória, recebendo, muitos anos depois, no dia 28 de julho

⁹São Paulo. Biblioteca Mário de Andrade. Coleção Jornais da Raça Negra. *O Alfinete*, São Paulo, 22 de Setembro de 1918, p. 1. *Apud: ROMÃO, Jeruse (org.). História do negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.*

¹⁰SCHWARCZ, L. K. M. . *Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

¹¹SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O Colégio Pedro II: Origens e formação do currículo das escolas secundárias brasileiras*. Anais do X colóquio sobre Questões Curriculares & VI Colóquio Luso-brasileiro de currículo. Belo Horizonte – MG. Setembro de 2012.

¹²AQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Setor Pessoal. João Baptista de Mattos. Indicação 28/209 A. Caderneta de Oficial.

de 1964, a promoção à Marechal¹³. Tornando-se o único negro no território brasileiro a alcançar a mais alta patente nos quadros do Exército, fato que talvez tenha sido crucial para que seus pares lhe imputassem uma “alma branca”. Além disto, ao longo de sua carreira podemos constatar uma formação acadêmica que inclui um diploma de Bacharel em direito, especialização de alto comando no Exército no Curso de Estado Maior, participação na Escola Valenciana de Letras entre outras. Dedicou aos monumentos brasileiros importante atenção, ao escrever uma coleção de livros, “Os monumentos Nacionais”, baseada em suas expedições pelo território nacional.

O Marechal João Baptista de Mattos ocupou importantes posições políticas em alguns momentos de sua vida. Dentre elas podemos destacar o momento em que Mattos é indicado, segundo sua filha, pelo próprio Vargas, para trabalhar no Gabinete do Ministério da Guerra como secretário, em fevereiro de 1954. Sua indicação aconteceu depois da entrada de Zenóbio da Costa. Ministro da Guerra, escolhido por Vargas com a intenção de apaziguar os meios militares na mediação das forças políticas que os dividiam. João Baptista de Mattos alcançou lugar de destaque dentre os militares, trajetória que foi vista por seus pares como sinal de branqueamento, que não um branqueamento físico ou estético, mas sim um branqueamento social.

O ideal de branqueamento é analisado em “*Negros de Almas brancas?: A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo 1915-1930*” por Petrônio Domingues em dois sentidos. O primeiro seria o branqueamento biológico, que no século XX convenceu muitos estudiosos do fim da negritude estimada entre 50 e 200 anos. O cruzamento das “raças” promoveria o branqueamento da população brasileira que se aproximaria de um ideal ariano, em nenhum momento se cogitou a possibilidade inversa, o escurecimento da população. Como no caso analisado pelo autor, em São Paulo, a entrada de milhares de imigrantes europeus no início do século XX alimentou essa ideia com os sensos populacionais ocorridos nestas primeiras décadas, onde ficou constatado o declínio da população negra.

Relata também o clareamento no sentido estético, que tornou o branco modelo de beleza que deveria ser buscado pela população negra. Para tal afirmativa Domingues utiliza anúncios de jornais que prometem às leitoras o sonho do cabelo alisado como forma de se tornar moderna. Porém, através de anúncios de jornais, o autor aponta a

¹³AQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Setor Pessoal. Dados Biográficos de João Baptista de Mattos.

utilização de cremes clareadores como forma de tornar a pele mais branca o possível. Domingues entende os casos relatados como uma espécie de fuga étnica, que junto com a alienação representava a fuga dos signos carregados pela cor da pele, buscando uma superação da inferioridade social.

Em outro sentido, o autor aponta o branqueamento no sentido moral / social, absorvido pela população negra como um curso social e inevitável. Segundo Domingues um grupo negro no interior da comunidade de São Paulo passou a pregar o espelhamento nas ações políticas brancas como forma de alcançar a segunda redenção, como exposto pelo jornal Folha da Manhã, um jornal de grande circulação entre a população branca:

“Seguir os brancos nas suas conquistas e iniciativas felizes [...] será o marco inicial da segunda redempção dos negros [...]. Salientamos que a sua liberdade não foram elles [negros] que conseguiram. As tentativas que emprehenderam mal lograram desastrosamente. E da mão do branco que odiavam receberam a liberdade dos seus sonhos!
(*Folha da Manhã*, São Paulo, 12/1/1930). (*Apud*)

O negro assim, deveria absorver uma série de bons comportamentos como signo de sua segunda redenção. Dentro deste contexto, a cultura africana foi identificada muitas vezes como modos depreciativos para uma pessoa. Tais apontamentos são identificado também em jornais de circulação entre a comunidade negra, como o historiador exemplifica em seu texto.





Figura 2. João Baptista de Mattos. Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – sem data.

Não possuímos subsídios para analisar até que ponto essa ideia de branqueamento esteve presente na vida do Marechal Mattos. Não foi possível identificar nenhum registro que denote a vontade do Marechal de pertencer a uma elite branca. Porém, o jornal aqui estudado aponta um embranquecimento social identificado por seus pares, representado por uma alma branca. Termo que aponta para o racismo arraigado na sociedade que distancia o sucesso profissional e o destaque social de uma essência puramente negra. A alma branca seria a justificativa para os predicados e o sucesso conquistado por Mattos, na visão de Adalardo Fialho. Assim, como conclusão do analisado nas linhas anteriores, entendo que mais do que um projeto de participação social dos negros, o embranquecimento social também se refere a uma espécie de reconhecimento de valor, como um troféu ao negro que se destaca.

2. Raça e racismo no Brasil

Em meio a esse cenário apontado pelo recorte de jornal, somos levados a pensar sobre a desconstrução do mito de democracia racial no Brasil. Pudemos identificar indícios de que a discriminação racial era um tabu e que os brasileiros, apesar do preconceito explícito, se consideram uma nação livre de racismo. A matéria se dirige a informar sobre a morte do Marechal João Baptista de Mattos, que é indicado como “*um prêto de alma branca*”. Curioso é entender como um negro pode ser considerado de alma branca, e os motivos que cercam essa afirmativa nos remete a esse cenário de racismo e anti-racismo no Brasil, como veremos.

Este problema nos remete ao processo de consolidação do Estado Nacional, que apresentava a necessidade de se pensar o Brasil de uma forma mais sistematizada, que promovesse uma coesão nacional, apesar da convivência de negros, índios e europeus no mesmo território. Era preocupação em meados do século XIX a criação de uma nacionalidade tipicamente brasileira. Os primeiros passos nesse sentido foram dados por Von Martius, que em artigo publicado em 1844 define as linhas mestras para a construção de uma identidade nacional, combinando a mescla das raças formadoras da nação. Este estudo marca o início da metáfora da miscigenação através das três etnias, que deram origem a população. Através dessa metáfora as etnias e ancestralidades indesejadas foram substituídas pela brasilidade, o que lança as bases para a ideia de

democracia racial, é o que afirma Manoel Salgado Guimarães em seu artigo “*O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de Uma História nacional*”.

A ausência de grandes conflitos, generalizados, que opusessem brancos e negros, fez pairar no ar uma ideia de convivência harmoniosa entre as raças, que foi acreditada por muitos estudiosos no Brasil. Essa ideia harmoniosa de convivência social entre brancos e negros foi cunhada no Brasil por volta de 1930 com os estudos de Gilberto Freyre¹⁴, “*Casa Grande & Senzala*”, que aponta a existência de uma harmonia desde os tempos do cativo. Freyre apresenta em seus estudos a casa grande vivendo em harmonia com a senzala, com senhores severos, porém, bondosos e escravos fiéis e gratos a seus senhores. Esta ideia foi bastante difundida e Freyre não esteve sozinho, muitos cientistas sociais, e pesquisadores de um modo geral, acompanharam e perseguiram a construção desse ideal.

A harmoniosa convivência brasileira entre as raças passou a ser vista como um exemplo para o mundo. Foram esses estudos que promoveram o fim do racismo explícito no Brasil, pois a imagem construída e vendida para o mundo era de um país anti-racialista¹⁵. Observando sob a ótica do racismo, brancos, negros e índios viveriam em igualdade de condições na sociedade brasileira, pois não havia legislação ou convenção oficial que os separassem.

A abolição aparece, dentro dessa ideia de democracia racial, como uma mudança sem grandes prejuízos, tornando todos iguais, em uma sociedade sem discriminação ou segregação. Lilia Moritz Schwarcz¹⁶, em seu texto “*Nem preto nem branco, muito pelo contrário, cor e raça na sociabilidade brasileira*”, apresenta um cenário da abolição onde se acreditava no clareamento da nação, uma abolição sem distinções legais baseados na raça. Apesar da abolição e da “igualdade de direitos”, a cor negra passou a carregar em si uma série de significados que remetiam diretamente ao passado escravo. Assim, Freyre não contestou em sua obra os conceitos de superioridade e inferioridade das raças, que apesar da harmonia a ordem social sobrepunha o branco ao preto. O negro, durante toda a colonização, até os finais do tempo do império representou os pés

¹⁴FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.

¹⁵Racismo aqui está entendido dentro das discussões de Sérgio Guimarães em seu livro “*Racismo e Anti-racismo no Brasil*”, que aponta para a ideologia de diferenças raciais humanas.

¹⁶SCHWARCZ, L. K. M. . *Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

e as mãos e toda a força produtiva do país. Por essa ligação ao trabalho escravo, trabalho passou a ser identificado como atividade de negro e o branco, por sua vez, sempre melhor colocado na sociedade, era o detentor da civilidade. Por isso Schwarcz aponta que “*quanto mais branco melhor, quanto mais claro, mais superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor mas também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado, e que ocupa uma posição social mais elevada.*” (SCHWARCZ; 2012:44)

Essa ideia de harmonia surgiu em contrastes com outras organizações sociais, que na época, eram extremamente conflituosas e segregacionistas. Temos como exemplo o caso da África do Sul e dos Estados Unidos, no primeiro a sociedade vivia o regime do *apartheid*¹⁷, que vigorou no país enquanto legislação até 1990. Nos Estados Unidos vigorava o que é conhecido como *Jim Crow*¹⁸ que, igualmente nocivo, discriminava e segregava os negros. Tendo esses modelos violentos como ponto de partida, o Brasil aparentou uma harmonia e um bem estar social entre negros e brancos, que despertou olhares de todo o mundo. O Brasil não criou leis de segregações explícitas, e isso fez com que a imagem frente a estes Estados mais severos fosse construída pautada na harmonia social.

Antonio Guimarães¹⁹, em seu trabalho “*Racismo e anti-racismo no Brasil*”, descreve as relações raciais no Brasil como um “*sistema muito complexo e ambíguo de diferenciações raciais.*” Tal afirmação denota uma multiplicidade de cores, muito além do negro e do branco, que não se distingue facilmente através de padrões pré-estabelecidos e polarizados. Além disto, no Brasil o racismo não se apresenta de forma física e nem explícita, como nos outros países citados que contavam com o apoio de legislação segregacionista, mas foi classificado por Florestan Fernandes²⁰ como um racismo dissimulado e assistemático.

¹⁷ Foi um regime de segregação racial adotado na África do Sul entre 1948 e 1944, onde os direitos da minoria branca se sobrepôs o da maioria negra.

¹⁸ Essa época foi marcada por adoções de leis segregacionistas nos estados sulistas e limítrofes no âmbito do Estados Unidos, vigentes entre 1876 e 1965.

¹⁹ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP & Editora 34, 1999.

²⁰ FERNANDES, Florestan *Apud* SCHWARCZ, L. K. M. . *Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Ademais, o conceito de raça restrito ao âmbito biológico escondia as diferenças culturais, sociais e racialistas de distinção de cores. Com o fim das guerras mundiais o anti-racialismo tornou-se bandeira das Nações Unidas na luta contra o racismo, tendo dois objetivos bem definidos. O primeiro deles foi a desqualificação do conceito de raça como conhecimento científico²¹ e o segundo a denúncia das trágicas consequências do racismo. O que trouxe como foco de combate os regimes vigentes na África do Sul e nos Estados Unidos, que como já citado, mantinham regimes violentos de segregação racial. A luta contra o racismo foi reduzida ao anti-racialismo, que apesar de próximos guardam em si uma profunda diferença de foco e objetivos.

Um importante marco para o estudo do racismo no Brasil o ano de 1951, quando se deu o início de uma Pesquisa sobre Relações Raciais no Brasil financiada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), é indicado por Schwarcz. O objetivo desta pesquisa era usar o caso brasileiro como um exemplo de democracia racial, para veiculação de propagandas para que servisse como modelo para outras nações. Esperava-se um elogio do desenvolvimento da mestiçagem e a constatação de um convívio harmonioso entre as raças. Porém, adverso do que o esperado, autores como Florestan Fernandes, Roger Bastide e Costa Pinto, trataram de expor a ideia de democracia racial como mito, quando apontaram a existência da discriminação e do preconceito no centro das relações raciais existentes no país.

Schwarcz ainda aponta para a aparição em meio a estes estudos de um novo preconceito: “*o preconceito de ter preconceito*”, como vimos no artigo de jornal analisado acima. Assim percebemos que apesar da existência de um racismo, muito peculiar e invisível, mas não menos prejudicial, passou a existir o preconceito do racismo aberto, limpo, às claras. Tal preconceito seria mais um atenuante, no sentido de camuflar e esconder o racismo por baixo das falas de intolerância e discriminação a quem pratica o racismo. Esse tipo de racismo apresenta-se como o mais difícil de tratar, pois está diluído na sociedade e presente em todos os ambientes.

O Brasil apresentava assim uma espécie de racismo assimilacionista. Que apesar de não possuir leis separatistas ou de segregação racial após a abolição da escravidão, o racismo se deu no âmbito privado, das seleções sociais, sem conflitos abertos. Racismo

²¹ LÉVI-STRAUSS, C. “Raça e História” in Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp 328-366



que ficou convenientemente obscurecido no país por vários fatores, que contribuíram da mesma forma para o seu fortalecimento, já que camuflado não podia ser visto e muito menos combatido. Como vimos, João Baptista de Mattos que apesar de ter sido graduado a general, não se esquivou do racismo, pois toda a sua trajetória fez com que seus pares justificasse seu êxito por sua alma branca.

A noção de racismo começa a tomar outro rumo quando chega ao fim a segregação racial oficial nos Estados Unidos, com o movimento dos direitos civis, em 1964. Com isto, Estados Unidos e Brasil se aproximam no sentido de não possuírem leis de segregação racial. Porém, a constatação da existência do racismo nos Estados Unidos fez com que os olhares ampliassem o seu campo de visão para o Brasil. O racismo obscuro passou a ser visto às claras, e o racismo escondido no sistema passou a ser visto.

Antônio Guimarães comenta em seu texto algumas especificidades do racismo no Brasil. Aponta que com fim do sistema escravocrata, outro fator de separação social o substituiu para que os indivíduos permanecessem em seus “lugares”. A ordem hierárquica na organização da sociedade em classes fez esse papel, onde a cor passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para raça e todo um conjunto simbólico que está por traz. Cor e subalternidade passaram a parecer como sinônimos. Caracteristicamente, cor da pele e status social tinha profundas relações entre si, não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. A sociedade brasileira, inclusive os abolicionistas, estavam presos a ideia de inferioridade da raça e cor da pele escura. Primeiramente representavam a condição servil e logo após a pobreza. Se afastar dos quadros subalternos significava para a sociedade se afastar da sua negritude, como vimos.

Portanto, negro no Brasil sempre representou em si a contraposição social, religiosa e cultural do europeu. Porém, com a conseqüente mestiçagem ocorrida no Brasil, passou-se a entender que quanto mais clara a cor da pele, mais próximo dos signos europeus se tornava. Assim, quanto mais branco melhor. E dentro deste contexto o Marechal João Baptista de Mattos apresentou uma trajetória que estava muito distante da ideia de inferioridade escondida pelo racismo na cor de sua pele. A alma branca foi um grande subterfúgio para a sociedade, como forma de justificar o sucesso apesar da cor da pele negra.

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CHALHOUB, Sidney. "Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio". IN: (Org.) LARA, Silvia Hunold. *Escravidão*. Revista Brasileira de História – São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, março de 1988 / agosto de 1988.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da e GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). *Quasecidadão: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes & Janaína Amado (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.
SCHWARCZ, L. K. M. . *Nem preto, nem branco muito pelo contrário; cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 3, 2005.

_____. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Estudos Históricos*, n.1, 1988. Rio de Janeiro, FGV, <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf> .

RIOS, Ana Lugão MATTOS, Hebe Maria. &. *Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós- Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O Colégio Pedro II: Origens e formação do currículo das escolas secundárias brasileiras*. *Anais do X colóquio sobre Questões Curriculares & VI Colóquio Luso-brasileiro de currículo*. Belo Horizonte – MG. Setembro de 2012.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.